

1.

Introdução: limites e impossibilidades do Internacional

1.1

Teorias e movimentos: 1989 – e suas duas rupturas – como ponto de partida

Esta reflexão inicia-se em meio à vertigem dos tempos atuais, suas complexidades, oportunidades e incertezas. A queda do muro de Berlim e suas conseqüências – para a teoria e prática políticas – colocam o ano de 1989 como uma ruptura histórica, no qual rigidez estrutural e certezas ideológicas, por um lado, cedem espaço a outros dogmas – tal como o fim da história, ilustrado pelo célebre *slogan* TINA (*there is no alternative*). Entretanto, enfatiza-se aqui, sobretudo a outra vertente desta quebra, a que indica a abertura de flancos para uma retomada da reflexão crítica, ancorada em novas práticas – altermundialistas.

As imagens da fluidez, de acelerações e erosões indicam fortes mudanças, inovações e transformações, de acordo com a idéia de Karl Marx acerca da modernidade capitalista – onde tudo que é sólido se desmancha no ar – e sua ênfase no dinamismo destes processos. Tal visão de 1989 contrasta com outra que compreende tais novidades como a simples transformação no seio do antigo molde. No âmbito do Internacional/Mundial, tais concepções atêm-se a dimensões espaciais e territoriais redutoras, pois são estado-cêntricas e concebem implícita ou explicitamente as promessas iluministas de conduzir da tradição para modernidade, do primitivo para desenvolvido, da sombra para luz.

Neste contexto, tomar como ponto de partida 1989 constitui elemento central desta pesquisa, já que representa duas rupturas políticas: no plano teórico – sendo enfatizado, aqui, o Internacional/Mundial – e no campo “prático” – da atuação dos movimentos sociais internacionais/mundiais.

No que toca à primeira, como será desenvolvido no capítulo seguinte, o esfacelamento da ordem mundial da Guerra Fria leva ao desnorteamento das teorias *mainstream* de Relações Internacionais (RI), por suas dificuldades em apreender as transformações daí decorrentes. Isto permite o fim do sufocamento dos debates em uma disciplina de tão marcante influência estadunidense. Destarte, isto representa, igualmente, oportunidades para cogitações críticas renovadas, que

buscam ir além dos discursos de limites e impossibilidades das RI convencionais e, até mesmo, de algumas tidas como críticas.

No terreno da segunda ruptura – a “prática” –, 1989 liga-se ao desmoronamento do chamado socialismo real e identifica-se com a crise dos projetos de emancipação coletiva¹. Naquele momento, o planeta encontrava-se dividido em três mundos: o capitalista, o socialista e o terceiro-mundista. Assim, a cada um destes correspondia uma “solução”: a social-democracia, o socialismo real e a libertação nacional, todos priorizando a conquista do Estado soberano, de acordo com o ciclo de transformações iniciado em 1917 com a Revolução Russa.

Ambas as mudanças políticas contemporâneas (pós-1989) unem-se no elo dialético entre teoria e prática, espécie de fio condutor metodológico deste trabalho. Assim, as percepções críticas trabalham esta estreita ligação na forma da categoria central da práxis. Segundo Lukács, Marx apontou a dualidade no seio do pensamento de Hegel, entre pensamento e ser, teoria e práxis, sujeito e objeto, sendo que a “essência do método do materialismo histórico não pode, portanto, ser separada da ‘atividade crítica e prática’ do proletariado: ambos são momentos do mesmo processo de evolução da sociedade” (Lukács, 2003 [1922], p. 98)².

Tal compreensão é similar à imagem utilizada por Ernst Bloch das correntes fria e quente, da ciência e utopia respectivamente (Konder, 2002) e, igualmente, à colocação de Walker acerca da “increasing recognition that utopian schemes for the future have usually involved an artificial separation of theory from practice and that the future has to be made rather than merely thought into being” (1988, p. 77).

Em outras palavras, a práxis constitui o esforço de ir além da oposição abstrata entre fatos e valores, pensamento e ação, teoria e prática. Por conseguinte, estas oposições “não são ‘misturadas’, mas organicamente ligadas ao interior de um único movimento do pensamento, de uma ‘ciência crítica’, em que a

¹ Nesta pesquisa, entende-se por movimentos sociais ou de emancipação coletiva e por esquerdas, “forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social”, havendo, entretanto, diferenças em seu seio no que toca aos “graus, caminhos e formas dessa transformação social [que] pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (Ridenti, 2000, p. 17).

² Nas palavras de Karl Marx, “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente *escolástica*” (Marx & Engels, 2002 [1846], p. 100).

explicação e a crítica do real estão dialeticamente integradas” (Löwy, 2002a, pp. 38-9). Em resumo, existe um elo entre teorias críticas, reflexão política e ação social³.

Deste modo, como dito anteriormente, identifica-se o ano de 1989 como uma ruptura política nos âmbitos teórico e prático, entendendo-se, aqui, não existir separação possível entre tais campos e ainda interligando – dialeticamente – a virada crítica no Internacional/Mundial e o triplo fracasso internacionalista. Estas mudanças convergem no questionamento da imaginação política estado-cêntrica – tema-chave e fio condutor desta dissertação –, ou seja, privilegiar o Estado soberano na análise teórica e apreensões práticas. Ao manter tal perspectiva, a crítica ao todo-Estado torna-se, igualmente, a problematização de alternativas – iniciais e frágeis – do Mundial e dos movimentos altermundialistas.

Neste espírito, aborda-se esta quebra na prática política na seção seguinte a esta Introdução – deixando sua vertente teórica para o próximo capítulo – e concluindo com a apresentação das questões e escolhas centrais desta pesquisa.

1.2

Ruptura nos movimentos: Internacionalismo e Altermundialismo

Na situação de crises e oportunidades detonada a partir de 1989, os movimentos sociais amparam a problematização e a reimaginação do Internacional/Mundial, contrapondo internacionalismo e altermundialismo. Entretanto, segundo a tese de Walker (1994) – retomada ao longo do trabalho – tais movimentos constituem tema de pesquisa relativamente raro nas RI, chegando até a representar, via processo de inclusão e exclusão do espaço político, estudado nos capítulos seguintes, uma impossibilidade ontológica.

No entanto, tal alento – ensejado pelos movimentos sociais – parte da idéia que este tipo de análise traz conseqüências para o modo pelo qual apreendemos o Internacional/Mundial. Tal apreensão

³ Neste espírito, Florence Aubenas e Miguel Benasayag sugerem que “la réflexion a un autre sens que celui de diriger les pratiques: élément parmi d’autres dans cette multiplicité, elle les accompagne d’un même pas, dans un dialogue permanent” (2002, p. 7).

forces us to rethink the theoretical construction of our discipline, especially in terms of how dominant statist discourses limit our political imagination. (...) [Ademais,] it prompts us to recognize that some social movements are engaging in practices which may contribute to the reconfiguration of modern politics (Johnson & Maiguashca, 1994, p. 512).

Consequentemente, no âmbito deste trabalho, trata-se, tendo o movimento altermundialista como inspiração, de estudar as contribuições para uma crítica renovada, graças aos processos criativos abertos por tais experiências⁴. Porém, cabe, igualmente, no âmbito desta introdução, levantar um breve histórico e análise da imaginação política internacionalista e altermundialista.

Os movimentos altermundialistas nascem em um cenário de crise dos projetos de emancipação coletiva. Trata-se, de fato, de um triplo fracasso dos caminhos dominantes das esquerdas no século XX, ou seja, da social-democracia, do socialismo real e da libertação nacional. Em outras palavras, apesar de certas conquistas, estes movimentos prenderam-se em uma camisa-de-força entre o reformismo e a luta armada, entre medidas limitadas e derivas autoritárias.

Buscando interpretar tais deficiências, aponta-se a “obsessão jacobina” (Baschet, 2002) como principal motivo deste malogro⁵. Desta forma – e ironicamente – estas três linhas, adversárias dentro do campo das esquerdas, situaram no cerne de sua estratégia a tomada do Estado soberano, a divergência situando-se no modo de fazê-lo, por meio de eleições ou revoluções.

No mesmo espírito, Holloway (2003b) adota esta crise como ponto de partida de suas reflexões. Para este, a resposta clássica à interrogação de como transformar centra-se na ação via Estado soberano. Segundo esta visão, por meio de sua tomada, o Estado revolucionário – ou reformista – permitiria mudar a sociedade. Assim, o famoso debate “*reforma ou revolução?*” representava uma discussão dentro desta concepção estatista. Hoje, pode-se sugerir pensar além desta polêmica que, além de não-dialética, não contempla os desafios presentes. Frente ao fracasso destas perspectivas, percebe-se uma imagem de urgente

⁴ De modo similar, Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar colocam que “as políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não ser considerado político” (2000, p. 26).

⁵ Seguindo outro caminho, Immanuel Wallerstein (2002) apresenta argumentação semelhante, ao destacar o fim do liberalismo e suas teorias do progresso.

impossibilidade, pois o paradigma de transformações a partir do controle do Estado naufragou.

Walker insiste, igualmente, na expressão prioritária da identidade política em relação ao Estado, tanto de nacionalistas quanto de socialistas. Ambos associaram a possibilidade de mudança política com o ganho do poder estatal. Assim, “in spite of the internationalism of socialist ideology, and even of many strong antistatist socialist traditions, socialist organizations quickly became national in structure and sought to retain power within particular states” (Walker, 1988, p. 28).

A partir de uma digressão em relação aos primórdios internacionalistas, pode-se afirmar, segundo Julius Braunthal (1967), que o sentimento de solidariedade internacional entre os explorados e oprimidos concretiza-se, pela primeira vez em uma organização com a fundação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), posteriormente conhecida como I Internacional. Tal mobilização origina-se nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa⁶ de 1789 que, por sua vez, inspirou diversos movimentos precursores da AIT como a Liga Comunista ou a Sociedade dos Justos.

No que toca aos debates teórico-políticos, os antecedentes da AIT já indicavam uma inspiração centrada no Estado, além de abarcar os principais debates – como relata Braunthal – das Internacionais, apesar de algumas poucas exceções citadas adiante. Desta forma, tal visão inicia-se com a conquista jacobina do Estado francês, e prossegue em seguida com os pensamentos de Babeuf, quando pela primeira vez aparece a idéia de socialismo, com a defesa do fim do sistema de propriedade e pelo controle do Estado, e de uma ditadura do proletariado transitória.

Neste contexto, a I Internacional assume a defesa do poder estatal como instrumento de reforma social e a nacionalização dos meios de produção. Isto continua no seio da II Internacional, nos debates entre as visões de socialismo

⁶ Inclusive, os Girondinos e Jacobinos concebiam sua luta como comum a todos os povos, inaugurando a idéia de consciência internacional. Assim, esta Revolução representou uma luta contra a concepção de direito divino, afirmando a soberania popular e os direitos humanos e prometendo um reino de razão e progresso. Apesar de contar com ampla participação de trabalhadores e membros dos baixos setores médios, esta foi, assim como as revoluções de 1848, palco da ascensão da burguesia e de seus objetivos particulares.

evolucionário (ou reformista) e revolucionário, também identificadas como a luta entre revisionistas e marxistas. Posteriormente, esta prossegue com a disputa entre social-democratas – enfraquecidos pelo fracasso em impedir a Primeira Guerra Mundial – e bolcheviques, que passam a ganhar influencia após a vitória em 1917.

Deste modo, o internacionalismo clássico – proletário e socialista – comporta um norte estratégico estatista, com seu objetivo central de conquista do poder político, tendo como exceções Proudhon, Bakunin e algumas correntes sindicalistas. Seus seguidores viam em todo poder político o instrumento da tirania, divergindo, no entanto, em relação ao método: desenvolvimento de cooperativas de produção para o primeiro, insurreição para o segundo e greve geral e boicote para os terceiros.

Parece paradigmático o “esquecimento” de Braunthal (1980), ao cobrir os cem primeiros anos da Internacional, dos acontecimentos mundiais de 1968 – salvo os protestos na Tchecoslováquia –, que parecem indicar uma mudança de foco nas estratégias dos movimentos de emancipação coletiva, presente nos altermundialistas⁷.

O movimento altermundialista abrange tanto amplas manifestações de rua quanto os fóruns de discussão realizados nos mais diferentes cantos do planeta, como Seattle, Porto Alegre ou Mumbai. Inicialmente identificado – erroneamente – como “antiglobalização”, sua posterior caracterização como movimento altermundialista não deixa de representar uma – pequena – vitória conceitual, já que este busca uma integração com respeito às diferenças e não uma oposição *tout court* a qualquer globalização. Assim, sua autodenominada luta por um outro mundo possível constitui uma resposta direta ao TINA (Houtart, 2004), tocando os movimentos “empenhados na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra” (Fórum Social Mundial, 2001).

Estes movimentos são constituídos por ecologistas, religiosos, anarquistas, negros, indígenas, comunistas, feministas e muitos outros, organizados em

⁷ Deste modo, os protestos mundiais de 1968 indicam uma ruptura com tal perspectiva internacionalista ao constituir um protesto a todo tipo de autoridade do Estado (de bem-estar, burocrático-socialista, e terceiro-mundista), da vida privada (família, instituições penais, escolares) e da autoridade política centralizada das organizações e partidos (social-democrata, socialismo real, libertação nacional) (Loureiro, 2004).

sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONG) ou redes, dentre outros. Estes convergem em conceitos tais como “o mundo não é uma mercadoria”, em defesa de uma desmercantilização da vida. Desta forma, o altermundialismo é composto por um conjunto de organizações sem coordenação centralizada, ilustrando uma mundialização das resistências que vai da Via Campesina que congrega camponeses de todas as partes do planeta a federações sindicais que buscam estratégias comuns, passando pelas comunidades autônomas zapatistas. Em suma, estes movimentos tentam formular e articular propostas locais, nacionais e mundiais.

Assim, torna-se fundamental situar estes movimentos atuais com a tradição do internacionalismo clássico. Pode-se situar suas origens imediatas na década de 1990, com o fórum alternativo ocorrido durante a ECO-92, o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo de 1996 em Chiapas, a campanha contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) em 1998, e, enfim, com a mobilização de Seattle em 1999 por ocasião de reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Aguiton, 2002; Díaz-Salazar, 2002).

Tais movimentos apresentam diferenças marcantes em relação às Internacionais, com o encerramento do ciclo iniciado em 1917 e seu norte na conquista do poder político⁸. Apesar de seu caráter incipiente e ainda potencialmente mundial, em seu “proceso de constitución de un sujeto *sui generis* de transformación transnacional” (Gómez, 2004), estes operam rupturas. Isto se evidencia no abandono da estratégia de mudança por uma via linear. Nesta, para transformar tornava-se necessário elaborar um programa político, disputar a correlação de forças na sociedade, tomar o poder estatal e buscar aplicar este programa, enfatizando reformas “por cima” (Merlant, 2003).

Tais movimentos procuram romper com esta lógica do etapismo, pensando alternativas emancipatórias em cada ação, enfatizando tanto os meios quanto os fins, processos e objetivos, teoria e prática (Aguiton et al., 2003). Assim, trilham caminhos opostos tanto ao ideal das duas etapas (primeiro tomar o poder político,

⁸ Intuitivamente, em *Espectros de Marx* (1993), Jacques Derrida já imaginava “une nouvelle Internationale là où les solidarités se cherchent, et se cherchent des figures inédites, à travers l’humanité entière, aujourd’hui, contre ces plaies. Ces formes originales que je ne saurais définir moi-même, il est pourtant clair que ce ne sont plus les formes étatiques d’un parti, d’une Internationale des partis ou du parti” (2001, p. 159).

depois transformar o mundo), no qual a segunda nunca chega, como à influência do ideal iluminista de progresso linear⁹.

Trata-se do início de uma nova cultura política, sua dinâmica abrangendo três momentos específicos e complementares. Primeiro, o movimento nasce com a recusa (o *¡Ya Basta!* dos zapatistas), contra as injustiças de um mundo, onde tudo parece se transformar em mercadoria, do trabalho aos sonhos. Em seguida, postula toda uma série de propostas alternativas e concretas tais como a anulação das dívidas dos países pobres ou a segurança alimentar de todos. Enfim, o terceiro momento toca em sua dimensão utópica, na forma de uma luta por outra civilização, permeada por valores distintos, ancorada no ser humano e seu poder de amar, criar e viver (Löwy, 2004a).

Neste mesmo espírito, os movimentos altermundialistas constituem uma agregação de diversos pensamentos, uma multiplicidade de atores e causas em interação, sem constituir uma unificação empobrecedora, ao trabalhar a partir das diferenças e “desacordos fecundos” (Wasserman, 2003). Em outras palavras, representam um “espaço de encontro aberto visando a aprofundar a reflexão, debate de idéias democráticas, formulação de propostas” (Fórum Social Mundial, 2001), rompendo com os autoritarismos e buscando consensos, em detrimento da lógica do voto, que divide e tende a cristalizar as dissensões, tentando arquitetar discussões sobre todas as posições em presença para satisfazer seu maior número, constituindo inclusive um processo mais lento do que os métodos convencionais de organização (Khalfa, 2004). Ademais, mais que unidade ou unificação, estes movimentos trabalham com o conceito mais elástico de convergências e coordenações, acentuando um trabalho necessário para aproximar análises, identidades e interesses sem “massacrar” diferenças ou impor uma linha única (Corcuff, 2004).

⁹ O altermundialismo sinaliza, ainda, uma forte crítica às experiências revolucionárias – sobretudo guevaristas e leninistas – do passado. O cerne deste questionamento situa-se no fato da principal questão política não ser a tomada do poder, indicando uma mudança fundamental no foco de atuação dos movimentos. Assim, os zapatistas utilizaram as armas para abrir um espaço político. Também, há a busca de novas estruturas de organização política, como as Juntas de Bom Governo. Defendem, ainda, o fim do vanguardismo, de acordo com a concepção do “mandar obedecendo”, cujo objetivo é o término das distinções entre dirigentes e dirigidos e o abandono da idéia de ditadura do proletariado. Conseqüentemente, esta mutação envolve uma concepção alternativa de política, com ênfase no diálogo, na transformação – e autotransformação – e tolerância, segundo Baschet (2002).

Entretanto, tais movimentos apresentam diversas insuficiências, contradições e tensões, além de ter em sua trajetória poucas vitórias concretas e de carecer de um projeto global articulado. Assim, se houve certa modificação da correlação de forças ideológica mundial, o altermundialismo está longe de traduzir perspectivas de mudanças em um horizonte previsível, a agenda internacional permanecendo dominada pela angústia da segurança nacional, agora frente à fluidez terrorista (Cassen, 2004).

Ademais, conforme colocado por Scholte (2001), os movimentos sociais não são inerentemente democráticos e podem reproduzir – e até acentuar – desigualdades de classe, gênero, nacionalidade ou religião. Neste contexto, o Fórum Social Mundial, em suas três primeiras edições apresentou um público de certo modo elitizado e concentrado em certas regiões da Europa e América Latina, mesmo se considerarmos a edição de Mumbai, em 2004, e as diversas regionais – por exemplo, na África – diminuíram tais características. Seu escopo não é inteiramente mundial, ilustrando-se por uma quase ausência do mundo islâmico.

Por outro lado, tais movimentos situam-se em um “fio da navalha” entre a cooptação e a apropriação de seu discurso por diversas Organizações Internacionais e um possível isolamento, como sua distância do poder político e dos partidos pode sugerir. Também, sua boa vontade não impede as relações de poder em seu interior. Deste modo, pensando em evitar tais desequilíbrios o altermundialismo parece apostar em discussões abertas para manter seus frágeis e precários equilíbrios¹⁰.

Em suma, um elemento marcante dos movimentos altermundialistas encontra-se em sua ruptura com o ciclo de transformações iniciados em 1917, com a Revolução Russa e sua teoria otimista da história – linear e progressista. Dialogando com suas heranças republicana, social-democrata, socialista e de libertação nacional, intentam incorporar, em cogitações e ações por um outro mundo, as questões ecológicas, feministas, étnicas, concomitantemente coletivas e

¹⁰ Ademais, a obra de Brauntal permite outro importante ponto de contato com a situação atual, acerca dos espaços de discussões no seio das Internacionais. Por seu lado, a I Internacional parece apresentar certas similitudes com os atuais altermundialistas, ao debater concepções tão diversas quanto às de Marx, Proudhon e Bakunin. Deste modo, tratava-se de priorizar um espaço de discussão e de batalhas de idéias, unindo comunistas e anarquistas. Ainda, a divisão entre as Internacionais se deve ao retumbante malogro da II Internacional ao não impedir a Primeira Guerra Mundial e mesmo ao apoiar suas respectivas burguesias no conflito, com raras exceções. Também, a III Internacional, criada no impulso da Revolução Russa, fechou-se em um sectarismo perigoso acentuando a desunião e ambas acabaram por abrir caminho à ascensão nazi-fascista.

individuais. Assim, tais articulações representam uma alternativa em aberto, ainda hesitante, frágil e multiforme apesar de certa exuberância. Logo, representam grãos de utopia, pistas provisórias, parciais, controversas e plurais, frente a um cenário de transições, mudanças, e a um estado de espírito, às vezes, de melancolia e desalento.

1.3

Críticos no Internacional, críticos no Mundial: a questão do estado-centrismo

Retornando à idéia das duas rupturas simbolizadas por 1989, pode-se dizer que estas potencializam (pois já existiam, como colocado na seção anterior) um forte questionamento da imaginação política¹¹ estado-cêntrica, tanto teórica quanto prática. Desta forma, o internacionalismo dos movimentos liga-se – teoricamente – ao Internacional (às Relações Internacionais), enquanto o altermundialismo dos movimentos refere-se – na teoria – ao Mundial (à Política Mundial)¹². Isto estabelece um elo entre as impossibilidades do Internacional e a potencial imaginação renovada do Mundial, entre o triplo fracasso internacionalista e a esperança altermundialista.

O fio condutor desta reflexão pode ser pensado na forma da imagem de um espectro que ronda o pensamento crítico e sua imaginação política: o espectro do estado-centrismo. Destarte, necessita-se, primeiro de uma discussão sobre a virada crítica que questiona os limites do Internacional e intenta imaginar o Mundial (capítulo 2). Isto implica em apreender seu significado já que a tal virada possui duas facetas ao contestar o positivismo e o estado-centrismo dos paradigmas dominantes no Internacional/Mundial. Igualmente, demanda uma análise sobre os fundamentos e tensões do pensamento internacionalista marxista e do momento atual em suas modificações em termos de territorialidade – a globalização –, que intente tocar seus desafios a uma visão estado-cêntrica.

¹¹ Por política compreende-se a “construção social particular em cada sociedade do que conta como ‘político’” (Alvarez et al., 2000, p. 25).

¹² Quando, neste trabalho, houver referência ao Internacional, trata-se da abordagem convencional das RI, ao Mundial, liga-se à Política Mundial e sua tentativa de ir além do positivismo e estado-centrismo e ao Internacional/Mundial, diz respeito à disciplina como um todo.

Assim, o motor da pesquisa – o problema – situa-se na imaginação política e nos limites teóricos de parte dos críticos contemporâneos, ilustrada por reflexões em termos de *internacionalismo*. Deste modo, uma visão positiva do nacionalismo e da soberania complementa a distante perspectiva de uma revolução mundial, criando uma forte dicotomia entre a presente ênfase na conquista do poder político e o longínquo apelo internacionalista, constituindo um dos nós teóricos deste tipo de reflexão crítica.

Logo, tais reflexões críticas não parecem questionar-se, nos moldes de Perry Anderson (1973), quando este coloca o problema de como fazer do internacionalismo – nas condições de hoje, o altermundialismo – uma prática real e não um ideal piedoso. Destarte, tais críticos parecem afirmar contínua e paradoxalmente a falta de alternativas típica do pós-1989 e sua imaginação política, em detrimento das novas possibilidades, dificultando o criar ou até mesmo o pensar em qualquer alternativa.

Ademais, R. B. J. Walker parte, em suas reflexões, de nossa situação inicial, ou seja, dos entraves encontrados ao ensejar e ao pensar futuros¹³. Argumenta que nossa capacidade de imaginação, de pensar novas alternativas, encontra-se dificultada pelas convenções políticas modernas. Assim, refletir acerca do futuro depende dos imaginários de nosso presente, já que estamos moldados por concepções não-problematizadas em nossas práticas retóricas e institucionais.

Tais contradições e paradoxos encontram-se imersos em idéias sobre soberania e sua autorização e legitimidade da autoridade. Em outras palavras, “sovereignty produces not only an account of how the world is and must be organized politically, but also an account of what it would mean to imagine a future without sovereignty” (Walker, 2002, p. 5).

Assim, tais limites internacionalistas acolhidos parecem conduzir – e até celebrar – à urgente impossibilidade de imaginar, atendo-se a pseudo-alternativas dentro das configurações políticas modernas¹⁴. Neste mesmo espírito, violência e

¹³ Derrida, pensando em Hamlet quando este afirma que *the time is out of joint*, apreende a presente situação “comme s’il s’agissait de partir, si l’on peut dire, de l’impossibilité de penser, ou plutôt de ‘concevoir’ le contemporain, la synchronie : le temps est disjoint” (Derrida, 2001, p. 134).

¹⁴ Neste contexto, David Slater coloca que “é particularmente importante enfatizar as formas contínuas pelas quais boa parte da teoria política e social – no contexto da interpretação dos

estabilidade convergem, marcadas pelo niilismo do homem moderno, representado pela brutalidade do Estado e a não-possibilidade de transcendê-lo. Desta forma, tais questões são objeto de análise, no curso do capítulo 3, com os exemplos representativos, no Internacional, de Justin Rosenberg, Alejandro Colás e Leo Panitch. Neste momento, trabalhar-se-á na linha de uma “crítica aos críticos” que abraçam o estado-centrismo.

Cabe, aqui, explicar a ênfase em autores do Internacional/Mundial de inspiração marxista. Pensa-se que estes são interessantes pois colocam questões centrais, ao intentar questionar, concomitantemente, as contradições da sociedade capitalista e as demarcações soberanas, sempre o fazendo de modo a considerar a dialética entre teoria e prática.

No seio dos amplos debates deste campo, surgem posições conflitivas – e até antagônicas –, por exemplo, no que concerne à apreensão da globalização, do lugar do Estado na reflexão e prática e até mesmo do positivismo. Também, pensar em Marx e seus seguidores no Internacional/Mundial recoloca as tensões já existentes no pensamento deste na forma da contradição entre o universalismo socialista e o planeta dividido em Estados soberanos (Linklater, 1990).

Por fim, opta-se pela utilização da “categoria” de críticos¹⁵, pois as reflexões mais promissoras no que toca às resoluções da soberania estatal, partem de um diálogo entre um teórico crítico não-marxista (Walker) centrado no Internacional/Mundial e outro autor, marxista (Holloway), que enfoca a crítica a certo estado-centrismo marxista(-positivista), não pensando na disciplina especificamente.

Neste contexto, a hipótese defendida neste trabalho indica que, para compreender, apontar os limites e tentar ir além de uma imaginação política estado-cêntrica, é possível e necessário organizar um diálogo centrado em Walker e Holloway. Ambos convergem na crítica à ênfase estatal, constituindo uma das chaves para apreender os limites criativos de certos críticos hodiernos. Além disto, a não- ou pouca problematização da soberania estatal por parte destes enfraquece

movimentos sociais, ou da democracia, ou do Estado – tenderam a fugir da difícil questão do interior e do exterior e sua dialética” (2000, p. 506).

¹⁵ Trabalha-se, nesta dissertação, com o conceito de teorias críticas abarcando a virada crítica pós-positivista e suas interpretações frankfurtianas, gramscianas, pós-modernas, pós-estruturalistas, feministas, marxistas e pós-marxistas, havendo, desta forma, largas diferenças, divergências e contradições em seu seio (Neufeld, 1995; Smith, 1996).

os debates acerca do Internacional/Mundial e mesmo as análises dos malogros internacionalistas, impedindo uma mais fecunda reflexão política.

Destarte, Walker, por seu lado, analisa a força e as insuficiências da resposta moderna à questão da soberania estatal, suas reificações e resoluções que definem o que entendemos por política, sua localização assim como nossa subjetividade. Por outro lado, Holloway aponta os problemas de uma visão instrumental do Estado soberano que o percebe como locus autônomo, reforçando o caráter fetichista de tais análises que implicam sua não-percepção como parte do nó das relações sociais capitalistas.

Nisto, o capítulo 4 constitui o mais importante no âmbito desta reflexão. Se se prossegue a crítica, no plano teórico, ao estado-centrismo, um elemento essencial situa-se nas convergências entre os dois autores – Walker e Holloway – em relação às suas buscas de ir além deste. Tal ímpeto de investigação, inerente a uma perspectiva crítica, aflui na compreensão da reificação da soberania estatal por Walker e do fetichismo do Estado soberano por Holloway. Ainda, reforça-se na convergência acerca do papel dos movimentos sociais na reimaginação destes dilemas estado-cêntricos. Tal característica do diálogo é enfatizada na Conclusão, onde este se prolonga e incorpora os desafios colocados – pensar o Mundial – pelos movimentos altermundialistas.

Assim, este diálogo tem por objetivo problematizar o significado do pensar criticamente hoje. Se enfatizarmos as concepções de reificação e fetichismo, entendidas como processo, perceberemos que ambas criticam certas barreiras entre disciplinas, ajudando a cogitar sobre as teorias críticas e seus nós, em sintonia com os desafios presentes e além das amarras estado-cêntricas. Também, trata-se de analisar as potencialidades destas trocas dialógicas. Deste modo, estes parecem buscar uma “crítica crítica” – pós-positivista e pós-estado-cêntrica – no sentido de evitar que as teorias críticas fiquem presas às limitadas configurações modernas, desviando-se da armadilha de “many of the most persuasive and cherished accounts of progress and emancipation serve to legitimize and reproduce ways of life that limit our capacities for progress and emancipation” (Walker, 2002, p. 18).

Logo, esta dissertação anseia trabalhar, como colocado por Foucault, no sentido de que “la critique de ce que nous sommes est à la fois analyse historique

des limites qui nous sont posées et épreuve de leur franchissement possible” (Foucault, 1984), buscando uma compreensão além dos limites e impossibilidades habituais e implicitamente aceitos do Internacional, desafio primordial do Mundial (Campbell, 1994).

No entanto, segue-se o mesmo espírito de Falk, Ruiz e Walker pois

it is more important than ever to use the resources of mind and spirit to comprehend the various challenges and opportunities, and to depict lines of action that appear constructive and hopeful, while also stressing an ethos of humility about the prescriptive initiatives being proposed (Falk et al., 2002, p. x).

Por fim, tendo em vista todos estes fluxos – de pessoas, capitais, idéias, problemas ecológicos, bens e doenças –, devemos refletir acerca das possibilidades de a disciplina de RI – de forma crítica – fazer frente aos novos desafios. Neste contexto, a *démarche* seguida toma como fio condutor a imaginação política dos críticos contemporâneos (pós-1989), face aos dilemas teórico-políticos presentes¹⁶. Estarão estes teóricos hodiernos, selecionados nesta pesquisa, à altura?

¹⁶ À respeito destes, Walker coloca que envolvem “serious challenges to prevailing conceptions of human community, of the philosophical assumptions guiding people’s conceptions of what human community can possible become, of what kinds of activities are to be considered political, and even about where political activity is supposed to occur. The claim to have effective answers to these questions is a crucial element of political life everywhere” (1988, p. 81).